

**DIREITO:**

**CONSTITUCIONAL**

01- Assinale a opção em que consta ente ou autoridade que não dispõe de legitimidade constitucional para propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

- a) Presidente da República
- b) Mesa do Senado Federal
- c) Procurador-Geral da República
- d) Mesa da Câmara dos Deputados
- e) Advogado-Geral da União

02- Assinale a opção correta.

- a) Nos termos da Constituição, todas as pessoas indiciadas em inquérito policial devem ser submetidas à identificação criminal.
- b) Ninguém no Território Nacional pode ser preso, a não ser por determinação da autoridade judiciária competente.
- c) A assistência jurídica integral e gratuita que a Constituição assegura que o Estado prestará aos que comprovarem insuficiência de recursos abrange tanto processos cíveis como criminais.
- d) É contrária à Constituição toda norma de direito penal que possua regras com efeitos retroativos.
- e) Nos termos expressos da Constituição de 1988, somente por meio de lei federal, da iniciativa do Presidente da República, pode-se conceder anistia por crime de terrorismo.

03- Sobre a organização federal brasileira, é possível afirmar:

- a) os três Poderes do Distrito Federal são mantidos e organizados pela União Federal.
- b) em matéria de competência legislativa concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) os Municípios somente podem legislar sobre matéria do seu peculiar interesse, não sendo admissível que suplementem a legislação estadual ou federal.
- d) a Constituição estabelece que todas as ilhas oceânicas e costeiras brasileiras pertencem à União Federal.

- e) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública a União pode intervir nos Estados-membros ou nos Municípios neles situados.

04- Assinale a opção em que se registra matéria suscetível de ser regulada por meio de medida provisória.

- a) Majoração de alíquota de imposto de renda.
- b) Alteração da Lei Orgânica da Magistratura Nacional para aumentar a garantia dos juizes em face do Poder Executivo.
- c) Revogação de artigo do Código Penal que definia determinada conduta como crime.
- d) Extinção de recurso previsto no Código de Processo Civil.
- e) Fixação dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

05- Assinale a opção correta.

- a) Conquanto os Estados-membros e Municípios não possam recusar fé a documento público provindo de órgão federal, a União, situada em nível superior a essas ordens parciais da Federação, é livre para estabelecer, desde que por lei, que somente serão tidos como válidos documentos de Municípios ou Estados-membros se submetidos a prévio exame da veracidade do seu teor por agentes públicos federais.
- b) A separação entre Estado e Igreja, no Brasil, impede toda colaboração oficial entre o Poder Público e qualquer confissão religiosa.
- c) A imunidade tributária dos partidos políticos refere-se apenas aos impostos federais, não se estendendo aos impostos estaduais e municipais.
- d) A proibição de instituição de tributos pela União que não seja uniforme em todo o território nacional não é impedimento absoluto à concessão de incentivo fiscal restrito a uma determinada região do país.
- e) Não encontra veto na Constituição a decisão do Estado-membro de, para proteção do seu parque industrial, estabelecer diferenças tributárias entre bens, conforme a sua procedência ou destino.

## ADMINISTRATIVO

06- A recente reforma do Estado, empreendida pelo Governo Federal, introduziu diversas novas figuras na Administração Pública Federal. No rol abaixo, assinale aquela que pode ser conceituada como o resultado da qualificação que se atribui a uma autarquia ou fundação pública, cujo objetivo institucional seja uma atividade exclusiva de Estado, com o propósito de dotá-la de maior autonomia gerencial.

- a) agência reguladora
- b) organização social
- c) serviço social autônomo
- d) agência executiva
- e) organização da sociedade civil de interesse público

07- O valor legalmente admitido, pela legislação de licitação, para o contrato verbal com a Administração, de pequenas compras, para pronto pagamento, em regime de adiantamento, não pode ser superior a:

- a) R\$ 8.000,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 4.000,00
- d) R\$ 2.000,00
- e) R\$ 1.000,00

08- No âmbito do conceito de serviço público adequado, o requisito referente à modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço, denomina-se:

- a) atualidade
- b) eficiência
- c) desempenho
- d) efetividade
- e) tecnologia

09- O recente Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) instituiu uma nova forma de aquisição de bem público, que se dá pelo exercício do direito de preferência, pelo Poder Público, para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Este instituto denomina-se:

- a) direito de superfície
- b) solo criado
- c) outorga onerosa
- d) aquisição compulsória
- e) direito de preempção

10- O mandado de segurança é o meio mais usado de controle jurisdicional da Administração Pública. Referindo-se a um direito líquido e certo, o mandado de segurança não admite a fase:

- a) de concessão de liminar
- b) probatória
- c) recursal
- d) de oitiva do Ministério Público
- e) de informações da autoridade coatora

## INTERNACIONAL PÚBLICO

11- Considerando as relações entre os sujeitos do direito internacional na hora contemporânea, indique a opção falsa.

- a) O ordenamento jurídico que regula o relacionamento dos atores que compõem a sociedade internacional possui como formas de sanção, entre outras, a represália e a retorsão.
- b) A inexistência de um poder legislativo universal, bem assim a falta de uma “polícia” internacional fez com que alguns autores do século XIX negassem o caráter jurídico do direito internacional.
- c) Ao determinar que os membros das Nações Unidas deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, a Carta da Organização afastou a guerra como forma legítima de solução de controvérsias.
- d) Um tribunal internacional resolve eventual conflito entre norma de direito das gentes e norma de direito interno com a aplicação da lei mais recente.
- e) Apesar da ampliação do número de tribunais internacionais no momento atual, a jurisdição internacional ainda depende do reconhecimento dos Estados para se tornar efetiva.

12- Em relação aos tratados internacionais, assinale a opção incorreta.

- a) Em regra, a ruptura de relações diplomáticas ou consulares entre as partes em um tratado afeta as relações jurídicas estabelecidas entre elas pelo tratado.
- b) O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado pode-se dar, entre outros, pela assinatura, troca de notas, ratificação, aprovação ou adesão.
- c) Na hipótese de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas (ONU) previstas no tratado constitutivo da Organização e as obrigações resultantes de qualquer outro tratado internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em relação à ONU.
- d) Eventual emenda a tratado internacional em vigor no Brasil deverá passar pela aprovação congressional para que o chefe do Executivo possa vincular a República ao novo texto no plano externo.
- e) Uma pessoa é considerada representante de um Estado para expressar o consentimento do Estado em obrigar-se por um tratado se as circunstâncias indicarem que a intenção do Estado era considerar essa pessoa como seu representante para esse fim.

13- Sobre a Organização Mundial do Comércio(OMC), é correto afirmar que:

- a) ela é uma organização internacional vinculada ao sistema das Nações Unidas.
- b) se trata de organização não-governamental que tem entre suas atribuições prestar assessoria ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos de comércio internacional.
- c) todos os países-membros da ONU são, *ipso facto*, membros da OMC.
- d) ela não tem personalidade jurídica de direito internacional.
- e) qualquer de seus membros poderá dela se retirar, após o transcurso de seis meses da comunicação, para esse fim, endereçada ao diretor-geral da Organização.

14- O artigo 3 (2) do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) dispõe que: “O sistema de solução de controvérsias da OMC é elemento essencial para trazer segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio. Os Membros reconhecem que esse sistema é útil para preservar direitos e obrigações dos Membros dentro dos parâmetros dos acordos abrangidos e para esclarecer as disposições vigentes dos referidos acordos em conformidade com as normas correntes de interpretação do direito internacional público. As recomendações e decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) não poderão promover o aumento ou a diminuição dos direitos e obrigações definidos nos acordos abrangidos” (ênfase acrescida). Isso posto, indique a opção certa.

- a) Apesar de não ter competência para estabelecer grupos especiais (“panels”), cabe ao OSC supervisionar a aplicação das decisões e recomendações.
- b) Entre as chamadas “normas correntes de interpretação do direito internacional público”, é válido considerar a Convenção de Viena sobre direito dos tratados celebrada em 1969.
- c) Tendo em conta que o sistema de solução de controvérsias visa, entre outras coisas, segurança, deve-se admitir solução mutuamente aceitável para as partes em litígio ainda que ela esteja em desconformidade com os acordos abrangidos.
- d) Levando em consideração o elemento “previsibilidade”, as consultas serão sempre públicas e deverão anteceder eventual recurso a outras medidas estipuladas no Entendimento.
- e) Estabelecido um grupo especial (“panel”), as partes envolvidas na controvérsia não mais poderão se valer de outros procedimentos (bons ofícios, conciliação e mediação) para a solução da pendência.

15- Sobre o Mercosul, assinale o item verdadeiro.

- a) O Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai (Tratado de Assunção), celebrado em 1991, concedeu personalidade jurídica de direito internacional à nova organização.
- b) As normas emanadas dos seus órgãos terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pelo Conselho do Mercado Comum, órgão superior do Mercosul.
- c) Ele está vinculado à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), na forma de um acordo de complementação econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e obedece aos princípios e às normas daquela Associação.
- d) A livre circulação de mão-de-obra não é uma das metas a serem alcançadas pelo processo de integração.
- e) A jurisdição de tribunal arbitral constituído para solução de determinada controvérsia — de acordo com o Protocolo de Brasília — não é obrigatória, já que, para tanto, faz-se necessário acordo especial entre as partes envolvidas.

---

### DIREITO TRIBUTÁRIO

16- É correto afirmar que:

- a) somente a União dispõe de competência para instituir impostos extraordinários no caso de guerra externa, contribuição de intervenção no domínio econômico e empréstimos compulsórios.
- b) objetivando evitar guerra fiscal entre a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, a Constituição Federal cuidou de dispor sobre os conflitos de competência, em matéria tributária, não deixando margem para norma infraconstitucional regular o tema.
- c) os Estados-membros e o Distrito Federal não podem instituir imposto sobre doação de bens ou direitos, porquanto a matéria é objeto de tributação pelo imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- d) o imposto sobre grandes fortunas, de competência da União, pode ser instituído nos termos de lei ordinária, a exemplo do que ocorre, em regra, com os demais impostos.

- e) é vedado ao Poder Executivo Federal aumentar, por meio de alteração de alíquotas, imposto sobre operações relativas a valores mobiliários.

17- Marque a assertiva correta.

- a) Os empréstimos compulsórios, em todos os casos admitidos pela Constituição, poderão ser instituídos somente mediante lei complementar.
- b) As contribuições sociais incidentes sobre a receita ou o faturamento não podem ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica do contribuinte.
- c) As contribuições sociais instituídas pela União não têm natureza tributária.
- d) O empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, pode ser exigido no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
- e) É vedado aos entes tributantes instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de fundação de partido político, quando não relacionados com as finalidades essenciais da entidade fundacional.

18- À luz da Constituição Federal não é correto afirmar que:

- a) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve ser informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
- b) o imposto sobre produtos industrializados deve ser não-cumulativo, além de seletivo em função da essencialidade do produto.
- c) as alíquotas do imposto sobre propriedade territorial rural, de competência da União, serão fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- d) as taxas pela utilização potencial ou efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, podem ser instituídas tanto pela União quanto pelos Estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- e) é vedada a instituição de taxa pela União, exigível dos Estados-membros, do Distrito Federal ou dos Municípios, pois não encontra amparo na disposição constitucional reguladora da imunidade tributária recíproca dos entes públicos.

19- O princípio da anterioridade da lei tributária visa, basicamente, a evitar que o sujeito passivo tributário seja surpreendido, no meio do exercício financeiro, com a edição de leis que instituem ou aumentem tributos a serem exigidos imediatamente. Em consonância com tal princípio, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei que majorem:

- a) o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou industrializados.
- b) a contribuição, para a seguridade social, sobre o lucro das empresas.
- c) o imposto sobre produtos industrializados.
- d) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- e) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

20- O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, denomina-se:

- a) taxa
- b) contribuição de melhoria
- c) imposto
- d) empréstimo compulsório
- e) preço público

21- Denomina-se preço público:

- a) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) a prestação pecuniária exigida pelo Poder Público, decorrente de tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- c) a prestação pecuniária decorrente de tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que resulte valorização imobiliária.
- d) a obrigação do sujeito passivo, que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo.

e) a prestação pecuniária, decorrente da livre manifestação do comprador, exigida pelo Estado, por órgão estatal, ou por entidade ligada ao Poder Público, pela venda de um bem material ou imaterial.

22- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

- I. o Direito Tributário, como ramo autônomo do Direito, possui institutos, conceitos, formas e princípios específicos, que lhe permitem solucionar as suas questões por intermédio de seus próprios meios, não necessitando, portanto, de socorrer-se de figuras alheias, pertencentes a outros ramos do Direito, para resolver todos os problemas de natureza tributária que surgem;
- II. a autoridade administrativa competente pode recusar o domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, quando dificulte a fiscalização do tributo, caso em que será considerado como domicílio tributário o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária;
- III. a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei, bem assim a destinação legal do produto da sua arrecadação.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são verdadeiras.
- d) I é verdadeira.
- e) todas são falsas.

23- É correto afirmar que a capacidade tributária passiva depende:

- a) de a pessoa natural não se achar sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades comerciais ou profissionais.
- b) de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- c) da capacidade civil plena das pessoas naturais.
- d) da aptidão jurídica de qualquer pessoa para figurar no pólo negativo da obrigação tributária, assim determinada nos termos de lei.
- e) de a pessoa natural não se encontrar sujeita a medidas que importem privação ou limitação da administração direta de seus bens ou negócios.

24- O Código Tributário Nacional estabelece que, na ausência de disposição normativa expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade. Com relação a esse tema, o mesmo Código dispõe que:

- a) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem assim para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- c) não sendo possível solucionar litígio na esfera administrativa, mediante a aplicação das disposições e permissões legais existentes, a autoridade competente para proferir decisão no correspondente processo deve aguardar a edição de lei que regule especificamente a matéria objeto de julgamento.
- d) o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- e) o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do cumprimento de obrigação tributária acessória.

25- Com relação ao tema sigilo fiscal, a regra insculpada no *caput* do art. 198 do Código Tributário Nacional estabelece que, sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Mas, como exceção à regra, o mesmo Código admite o fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal que se encontrem, por exemplo, em poder de órgão da Fazenda Pública Federal, quando a ele são requisitadas ou solicitadas, diretamente:

- a) pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, para fins de fiscalização de atos do Poder Executivo Federal.
- b) por órgão da Fazenda Pública Municipal, nos termos de convênio celebrado entre a Fazenda Pública Federal e a Municipal, para serem utilizadas na fiscalização de tributos de competência do Município.
- c) pelo Tribunal de Contas da União, para a finalidade de realizar auditoria de natureza contábil, financeira ou operacional em órgão do Poder Executivo Federal.

- d) por Tribunal de Contas de Estado-membro, para a finalidade de realizar auditoria de natureza contábil, financeira ou operacional em órgão do Poder Executivo Estadual.
- e) pela autoridade competente da Polícia Federal, para fins de investigação criminal relativa a inquérito policial instaurado para apurar ocorrência de crime contra a vida.

---

## ECONOMIA

26- Considere os seguintes dados (em unidades monetárias, em um determinado período de tempo):

- Saldo da balança comercial: déficit de 100
- Saldo em transações correntes: déficit de 300
- Saldo total do balanço de pagamentos: superávit de 500

Considerando a ausência de lançamento nas contas de "transferências unilaterais" e "erros e omissões", pode-se concluir que o saldo do balanço de serviços e o saldo do movimento de capitais autônomos foram, respectivamente:

- a) - 100 e + 800
- b) + 100 e + 800
- c) - 200 e + 500
- d) + 200 e + 500
- e) - 200 e + 800

27- Tomando como caso o Brasil, não é considerado como residente para efeito de pagamento no balanço de pagamentos

- a) embaixadas brasileiras no exterior.
- b) empresas multinacionais instaladas no Brasil.
- c) turistas brasileiros no exterior.
- d) instituições norte-americanas de ensino instaladas no Brasil.
- e) filiais de empresas brasileiras no exterior.

28- Com relação ao balanço de pagamentos, é incorreto afirmar que:

- a) um déficit na balança de serviços não necessariamente implica um déficit em transações correntes.
- b) entradas de mercadorias no país são, necessariamente, consideradas como importações.
- c) se o país não possui reservas, um déficit em transações correntes tem que ser necessariamente financiado com movimentos de capitais autônomos.
- d) os investimentos diretos são considerados como item dos movimentos de capitais autônomos.
- e) se, em valor absoluto, o déficit em transações correntes é igual ao superávit no movimento de capitais autônomos, então, na ausência de erros e omissões, o saldo total do balanço de pagamentos será nulo.

29- Considere que tenham ocorrido apenas as seguintes operações nas contas de transações correntes, operações essas realizadas entre residentes e não-residentes de um país, em um determinado período de tempo, em unidades monetárias:

- o país exporta mercadorias no valor de 500, recebendo a vista;
- o país importa mercadorias no valor de 400, pagando a vista;
- o país realiza doação de medicamentos no valor de 150;
- o país paga 300 a vista referente a juros e lucros;
- o país paga 50 a vista referente a fretes.

Com base nessas informações e supondo que a conta de erros e omissões tenha saldo nulo, é incorreto afirmar que, no período considerado:

- a) o balanço de serviços apresentou déficit de 350.
- b) o saldo da balança comercial apresentou superávit de 100.
- c) o saldo do item “transferências unilaterais” foi deficitário em 150.
- d) o país apresentou déficit em transações correntes.
- e) para que o país apresente um saldo nulo do balanço de pagamentos, o ingresso líquido de recursos na conta de movimento de capitais deverá ser de 250.

30- Considere  $e$  = taxa de câmbio (conceito utilizado no Brasil referente a quantidade de reais necessários para a compra de um dólar).

Suponha que o país adote um regime de bandas cambiais com limite inferior  $e_1 = 1,00$  e limite superior  $e_2 = 1,20$ . Suponha que o mercado sinalize para negócios com  $e = 0,90$ . Para manter o sistema de bandas, o Banco Central deverá:

- a) comprar a moeda americana a um valor  $e_1 > 0,90$  e em seguida vender moeda americana a um valor  $e_1 < 1,00$
- b) vender moeda americana no mercado a um valor  $e_1 < 1,00$
- c) vender moeda americana a qualquer valor
- d) comprar a moeda americana no mercado a um valor  $e_1 \geq 1,00$
- e) não intervir no mercado pois a sinalização implica que, necessariamente, o valor de  $e$  irá subir no futuro

31- Em uma das formas de se medir a taxa real de câmbio, consideram-se as inflações interna e externa, além da taxa nominal de câmbio. Considerando que as exportações e importações respondem às variações na taxa real de câmbio, é correto afirmar que:

- a) pode-se considerar a fórmula  $E = e.(p^*/p)$  onde  $e$  = taxa nominal de câmbio;  $E$  = taxa real de câmbio;  $p^*$  = inflação interna;  $p$  = inflação externa.
- b) inflação externa serve de desestímulo às exportações.
- c) inflação interna é mais importante do que a inflação externa para as exportações.
- d) independente das taxas de inflação, uma desvalorização nominal da taxa de câmbio necessariamente resulta em uma desvalorização da taxa real de câmbio.
- e) a inflação interna serve de estímulo às importações.

32- O “Tratado de Masstrich” especifica critérios que os países-membros da União Européia (UE) devem seguir para serem admitidos na União Econômica e Monetária (UEM). Entre os critérios, destacam-se:

- a) o fim dos subsídios agrícolas em um prazo de 10 anos a partir da data de lançamento do “Euro”
- b) a necessidade de deflação tendo como objetivo alcançar a inflação média dos dois países membros da UE com menor inflação
- c) metas para as taxas de inflação, déficit e dívida públicas para que se tenha algum grau de convergência macroeconômica entre os países
- d) redução do déficit público para zero e dívida pública para 50% do PIB
- e) adoção de bandas cambiais e redução nas taxas de inflação para no máximo 1% ao ano

33- Considere as seguintes informações:

Produto agregado de equilíbrio = 1000;  
Consumo autônomo = 50;  
Investimento agregado = 100;  
Exportações = 50;  
Importações = 30;  
Gastos do Governo = 100.

Considerando o modelo de determinação da renda, é correto afirmar que o valor da propensão marginal a consumir, do consumo total e do multiplicador são, respectivamente:

- a) 0,73; 780; 3,70 aproximadamente.
- b) 0,80; 800; 2,60 aproximadamente.
- c) 0,90; 950; 4,10 aproximadamente.
- d) 0,73; 500; 1,50 aproximadamente.
- e) 0,80; 400; 1,38 aproximadamente.

34- Considere uma economia hipotética com os seguintes dados:

- Exportações de bens e serviços não fatores = 300;
- Importações de bens e serviços não fatores = 100;
- Renda recebida do exterior = 50;
- Renda enviada ao exterior = 650;
- Poupança interna líquida = 200;
- Variação de estoques = 100;
- Depreciação = 50.

Com base nestes dados, a poupança externa e a formação bruta de capital fixo desta economia são, respectivamente:

- a) 400 e 450
- b) 400 e 550
- c) 350 e 500
- d) 300 e 450
- e) 300 e 650

**Rascunho**



35- Com relação aos conceitos de déficit e dívida pública, é incorreto afirmar que:

- a) o fato de os impostos serem maiores do que os gastos públicos não financeiros não garante uma redução na proporção dívida pública/PIB
- b) o déficit público pode ser considerado como "variável fluxo"
- c) a dívida pública pode ser considerada como "variável estoque"
- d) a proporção dívida pública/PIB não pode ser maior do que 1
- e) quanto maiores forem as taxas nominais dos títulos públicos, maior deverá ser a necessidade de financiamento do setor público em seu conceito nominal

36- Com base nos conceitos de base monetária, M1 e multiplicador, é incorreto afirmar que

- a) define-se M1 como sendo papel moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos comerciais.
- b) define-se base monetária como papel moeda em poder do público mais encaixes totais dos bancos comerciais.
- c) apesar de o Banco Central não controlar M1, ele possui total controle sobre a base monetária.
- d) o valor de M1/Base é conhecido como multiplicador dos meios de pagamento em relação à base monetária.
- e) o multiplicador não pode ser negativo.

37- Considere

$M1/\text{Base monetária} = 1,481481$ ;  
papel moeda em poder do público/M1 = 0,35.

Com base nestas afirmações, pode-se afirmar que a proporção "encaixes totais dos bancos comerciais/depósitos a vista dos bancos comerciais" será de:

- a) 0,5
- b) 0,8
- c) 0,3
- d) 0,2
- e) 0,7

38- Considere o modelo IS/LM para uma economia aberta supondo as seguintes hipóteses:

- pequena economia aberta;
- livre e perfeita mobilidade de capital;
- taxa de câmbio flutuante.

Com base nestas informações, é correto afirmar que:

- a) um corte nos impostos tende a elevar não apenas o produto mas também as exportações via os efeitos indiretos deste corte sobre a taxa de câmbio
- b) qualquer movimento nos gastos autônomos agregados não provoca mudanças nas taxas de câmbio
- c) qualquer alteração na quantidade de moeda na economia não altera as taxas de juros
- d) as hipóteses do modelo garantem uma curva LM vertical
- e) a utilização da política monetária é mais adequada do que a política fiscal se o objetivo da autoridade econômica for a elevação do produto

39- Considere o seguinte modelo de consumo:

Rascunho

$$C1 = - C2/(1 + r) + (Y1 - T1) + (Y2 - T2)/(1 + r)$$

onde

C1 = consumo no período 1;

C2 = consumo no período 2;

Y1 = renda no período 1;

Y2 = renda no período 2;

T1 = impostos no período 1;

T2 = impostos no período 2;

r = taxa de juros.

Com base neste modelo, é incorreto afirmar que:

- a) o consumo no período 1 depende da renda nos dois períodos.
- b) alterações na taxa de juros não alteram o consumo no período 1.
- c) se o consumidor depara com uma curva de indiferença intertemporal com concavidade voltada para cima, as restrições de crédito podem piorar o seu bem-estar.
- d) a equação apresentada é conhecida como restrição orçamentária intertemporal do consumidor em um modelo de dois períodos.
- e) desde que exista um sistema eficiente de poupança e crédito, o consumidor pode consumir mais no primeiro período do que a sua renda permite neste período.

40- Alguns economistas afirmam que um corte nos impostos hoje financiados com dívida pública não causa elevações no consumo agregado. Ou seja, uma política de corte dos impostos não teria os efeitos previstos no modelo de determinação da renda. Estes economistas são conhecidos como “ricardianos” por defenderem a idéia da chamada “equivalência ricardiana”. Com base nesta afirmação, é correto afirmar que esses economistas

- a) levam em conta os efeitos previstos no modelo IS/LM em uma economia aberta com taxas fixas de câmbio: a elevação do déficit público tende a provocar mudanças nas taxas de juros, com efeitos desfavoráveis sobre o consumo.
- b) afirmam que o consumo depende da renda disponível; ou seja, os consumidores não levam em conta um corte nos impostos financiados com dívida pública em suas decisões de consumo.
- c) afirmam que um corte nos impostos financiados com dívida pública torna o valor do multiplicador dos gastos igual a 1.
- d) partem da idéia de que um corte nos impostos hoje financiados com dívida pública resulta em um aumento nos impostos futuros. Se os agentes são racionais e se preocupam ou com o seu futuro ou com as gerações futuras, irão poupar o corte nos impostos hoje.
- e) levam em conta os efeitos previstos no modelo IS/LM em uma economia aberta com taxas fixas de câmbio: a elevação do déficit público tende a reduzir as exportações, conseqüentemente, sobre a renda e consumo.

---

### COMÉRCIO EXTERIOR

41- Sobre a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), é correto afirmar-se que:

- a) é órgão vinculado à Presidência da República incumbido de promover e divulgar oportunidades comerciais no estrangeiro e de representar o País em negociações comerciais internacionais.
- b) é órgão de composição inter-ministerial que normatiza, orienta e controla as atividades comerciais do Brasil com outros países.
- c) é órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e responsável pela fixação de diretrizes e implementação de controles cambiais.

- d) é a agência governamental criada precipuamente para estimular a maior competitividade dos produtos brasileiros e apoiar o aumento das exportações.
- e) possui, entre suas atribuições, a definição de diretrizes e procedimentos relativos à implementação da política de comércio exterior e à coordenação das ações dos órgãos governamentais nesse âmbito.

42- A formulação de propostas de políticas e programas de comércio exterior, o estabelecimento de normas necessárias à sua implementação, a participação nas negociações em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior e a implementação dos mecanismos de defesa comercial são competências da:

- a) Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
- b) Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)
- c) Subsecretaria de Assuntos Econômicos, de Integração e Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores
- d) Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda
- e) Agência de Promoção de Exportações (APEX)

43- O registro, acompanhamento e controle integrado das operações de comércio exterior são realizados por meio do(a):

- a) Agência de Promoção de Exportações (APEX)
- b) Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)
- c) Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)
- d) Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN)
- e) Secretaria da Receita Federal (SRF)

44- O instrumento concebido para realizar a classificação de mercadorias, que é referido internacionalmente e do qual derivam outros sistemas de classificação, denomina-se:

- a) Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)
- b) Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH)
- c) Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Integração (NALADI)
- d) Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS)
- e) Sistema Internacional de Nomenclatura (SIN)

45- Os Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS) são:

- a) fórmulas empregadas pelas autoridades aduaneiras na classificação de mercadorias para fins tributários.
- b) instrumentos que permitem a comparação de estatísticas comerciais entre os países.
- c) indicadores estatísticos que demonstram a relação existente entre os valores das exportações e das importações de um dado país.
- d) fórmulas que definem direitos e obrigações das partes em um contrato internacional de compra e venda quanto ao pagamento de fretes, seguros, embarque, desembarque, desembaraço alfandegário, entre outros.
- e) um conjunto de regras e técnicas que orientam uma operação de compra e venda internacional no tocante à formação do preço da mercadoria transacionada e à definição das modalidades de transporte a serem utilizadas.

46- O documento, com força contratual, emitido por uma companhia de transporte, que atesta o recebimento de uma mercadoria a ser exportada, suas características, as condições de transporte e os compromissos quanto à entrega da mesma ao destinatário legal, denomina-se:

- a) contrato de agente internacional
- b) contrato de compra e venda internacional
- c) conhecimento de embarque
- d) contrato de afretamento
- e) certificado de contagem

47- O cálculo do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando vinculado à importação, toma por base:

- a) o valor que serve de base para o cálculo do Imposto de Importação, acrescido do montante deste tributo e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou deste exigíveis.
- b) o valor da mercadoria, convertido em Reais, quando de sua saída do estabelecimento industrial em que tenha sido processada.
- c) o preço da mercadoria importada quando de sua saída do estabelecimento industrial em que tenha sido processada acrescido dos custos de frete e seguro e dos encargos cambiais incorridos pelo importador.
- d) o valor FOB (Free on Board) da mercadoria importada.

- e) o valor que servir de base para o cálculo do Imposto de Importação somado aos encargos cambiais incorridos pelo importador.

48- No Brasil, a definição da alíquota do Imposto de Importação, quando da incidência deste, é feita com base no(a):

- a) Tarifa Aduaneira Brasileira
- b) Preferência Tarifária Regional
- c) Sistema Geral de Preferências (SGP)
- d) Tarifa Externa Comum do Mercosul
- e) Sistema Geral de Preferências Globais (SGPG)

49- A modalidade de pagamento internacional que envolve operação garantida por um ou mais bancos que, mediante autorização de um cliente ou por ato próprio, assume(m) responsabilidade pelo pagamento de uma mercadoria exportada, se atendidas condições estipuladas pelas partes, é denominada:

- a) carta de crédito
- b) cobrança a vista
- c) remessa sem saque
- d) cobrança a prazo
- e) remessa antecipada

50- A remessa de moedas de uma praça a outra feita com o propósito de auferir lucro com as diferenças de preços entre elas, denomina-se:

- a) *clearing*
- b) arbitragem
- c) *swap*
- d) operação simbólica
- e) especulação cambial

51- O regime aduaneiro especial que, mediante a suspensão de tributos, objetiva facilitar a importação de insumos industriais a serem beneficiados e incorporados a produtos destinados à exportação, denomina-se:

- a) entreposto industrial
- b) entreposto aduaneiro
- c) trânsito aduaneiro
- d) admissão temporária
- e) depósito aduaneiro de distribuição

52- São exemplos de regimes aduaneiros criados para atender a situações econômicas peculiares de pólos regionais ou de setores específicos:

- a) depósito especial, loja franca e entreposto aduaneiro.
- b) entreposto industrial da Zona Franca de Manaus, depósito alfandegado certificado e *drawback*.
- c) lojas francas, a Zona Franca de Manaus e entreposto industrial.
- d) zona de processamento de exportações, entreposto aduaneiro e depósito afiançado.
- e) zona de processamento de exportação, depósito franco e área de livre comércio.

53- Sobre o *drawback*, é correto afirmar-se que:

- a) é um regime aduaneiro atípico no qual outorga-se benefício fiscal a empresas exportadoras, isentando-as do pagamento dos tributos que incidem sobre a produção e a circulação de mercadorias a serem exportadas.
- b) trata-se de um regime aduaneiro especial cuja aplicação envolve a suspensão, a isenção ou a restituição de tributos que incidem sobre a importação de mercadorias empregadas no processamento de produtos a serem exportados.
- c) é uma forma de incentivo às exportações que prevê a restituição do Imposto de Importação cobrado pela importação de insumos empregados na produção de um bem exportável.
- d) trata-se de um regime aduaneiro especial no qual mercadorias a serem reexportadas ingressam no País, com suspensão de tributos, nele permanecendo, por tempo determinado.
- e) é um benefício fiscal concedido quando do retorno de uma mercadoria que tenha sido exportada temporariamente e que consiste na redução das alíquotas dos tributos que incidem sobre a importação.

54- Sobre o Registro de Exportação (RE), é correto afirmar-se que:

- a) é realizado anteriormente ao Registro de Venda (RV) e reúne as informações comerciais e cambiais relativas à operação de exportação.
- b) é emitido ao final da operação de exportação e reúne todos os registros feitos em etapas prévias.

- c) reúne as informações financeiras necessárias à emissão posterior do Comprovante de Exportação (CE).
- d) contém todas as informações sobre a operação de exportação e é expedido após o embarque da mercadoria exportada.
- e) é realizado previamente à declaração para despacho aduaneiro e ao embarque da mercadoria contendo informações comerciais, fiscais e cambiais relativas à operação de exportação.

55- A Agência de Promoção de Exportações (APEX) objetiva estimular as exportações brasileiras mediante o aumento do volume exportado, do número de itens da pauta exportadora e de empresas atuantes no comércio exterior. Para tanto, a APEX privilegia a atuação junto às(aos):

- a) demais órgãos governamentais atuantes na promoção de exportações.
- b) entidades de financiamento da produção e das exportações.
- c) micro, pequenas e médias empresas.
- d) grandes conglomerados industriais nacionais.
- e) órgãos de representação setorial.

56- Salvaguardas são medidas de defesa comercial que objetivam:

- a) impedir danos aos setores produtivos nacionais causados pela prática de *dumping*.
- b) compensar prejuízos causados à indústria nacional por importações de produtos que tenham recebido subsídios no país exportador.
- c) retaliar países que imponham restrições tarifárias e não-tarifárias ao acesso a seus mercados.
- d) fornecer proteção temporária à indústria doméstica, em razão de prejuízos graves ou de ameaça de prejuízo grave decorrentes do aumento da quantidade de importações.
- e) suspender eventuais benefícios fiscais que usufruam produtos importados com o propósito de proteger a indústria doméstica.

57- A modalidade de financiamento de exportações que consiste da antecipação de recursos em moeda nacional ao exportador para aplicação no processo produtivo de uma mercadoria a ser exportada e/ou para cobertura de custos relativos à preparação do embarque da mesma denomina-se:

- a) Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE)
- b) Carta de Crédito de Exportação
- c) Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)
- d) Cartas de Garantia
- e) Cobrança de Exportação

58- Sobre o Programa BNDES-EXIM, é correto afirmar-se que:

- a) é um programa de apoio às exportações que financia exclusivamente a comercialização de bens e de serviços no exterior.
- b) é um programa de financiamento da produção de manufaturas em geral e de bens de capital a serem exportados, além de serviços associados aos bens exportados e que é operado diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e por agentes financeiros credenciados.
- c) objetiva, essencialmente, fornecer linhas de financiamento ao exportador brasileiro visando equalizar os encargos financeiros praticados domesticamente com aqueles praticados no mercado internacional.
- d) é um programa de financiamento da produção de bens de maior valor agregado e de serviços em geral operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com recursos do Tesouro Nacional.
- e) é um programa de apoio e promoção das exportações de pequenas e médias empresas que financia a produção e a comercialização de bens bem como a organização de missões comerciais e de mostras no exterior.

59- Os riscos cobertos pelo seguro de crédito às exportações incluem:

- a) circunstâncias imprevisíveis, como desastres naturais.
- b) acidentes e danos sofridos durante o transporte da mercadoria.
- c) danos sofridos durante permanência e manipulação em recinto alfandegário.
- d) situações que comprometem a capacidade de pagamento do importador, como falência, mora, revoluções e guerras.
- e) atrasos decorrentes de dificuldades no processamento das operações de pagamento.

60- Acordos Comerciais Preferenciais são:

- a) acordos celebrados entre empresas estabelecendo alianças comerciais com as quais procuram deslocar competidores.
- b) acordos nos quais Estados uniformizam o tratamento a ser dispensado às importações oriundas de terceiros países.
- c) acordos celebrados entre empresas com o objetivo de negociarem conjuntamente frente aos governos melhores condições de acesso a mercados.
- d) acordos nos quais os Estados promovem conjuntamente o rebaixamento de tarifas aplicadas às importações oriundas de terceiros países.
- e) acordos em que os Estados-parte concedem-se mutuamente descontos nas tarifas de importação e outras facilidades de acesso a mercados.

## RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

61- Sobre a Teoria das Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, é correto afirmar o seguinte:

- a) ao se considerar a eficiência produtiva dos países “A” e “B”, para que o país “A” aproveite os ganhos de vantagem comparativa ao produzir um bem ou serviço específico, ele precisa possuir vantagem absoluta na produção do mesmo bem em relação a “B”.
- b) no modelo de Ricardo, as condições de demanda interna condicionam os preços internos antes da abertura do mercado, já que tais preços são apenas parcialmente determinados pelo fator trabalho.
- c) depois da abertura do mercado torna-se interessante para o país “A” comprar um bem ou serviço do país “B”, que o produza a custo menor do que “A”, visto que “A” passa a poder empregar sua mão-de-obra na produção de outros bens ou serviços, em que tenha alguma vantagem comparativa.
- d) mesmo sabendo-se os valores dos preços de mão-de-obra e os requisitos de trabalho inerentes à produção de um bem específico em dois países, não se pode utilizar a taxa de câmbio como parâmetro de comparação dos preços nos dois países, visto que as estruturas produtivas encerram distorções na formação de preços.
- e) uma vez observada a abertura de mercados, a especialização da produção engendrada pelas vantagens comparativas passa a constituir novo incentivo ao aumento do comércio internacional, produzindo benefícios para todos os participantes dos mercados competitivos sempre que os preços relativos dos bens comercializados forem iguais aos que se observariam na ausência do comércio.

62- Com base nas novas teorias de comércio internacional, é correto afirmar, a respeito da relação entre comércio internacional e preços dos fatores de produção, com implicações para a distribuição de renda:

- a) o aumento de riqueza ocasionado pela liberalização comercial produz, cedo ou tarde, maior distribuição de renda, motivo pelo qual o pensamento neoliberal defende a remoção de barreiras ao comércio.

- b) a abertura do mercado ocasiona o aumento do preço relativo do fator trabalho em uma economia em que este fator seja abundante e reduz o seu preço na economia em que o fator capital seja relativamente abundante.
- c) a especialização das economias em setores nos quais possuem vantagens comparativas engendra o abandono de atividades outrora realizadas em tais economias, produzindo desemprego e, no longo prazo, aumento nas disparidades de renda entre os mais ricos e os mais pobres.
- d) a abertura do mercado ocasiona a redução do preço relativo do fator trabalho em uma economia em que este fator seja abundante e aumenta o seu preço na economia em que o fator capital seja relativamente abundante.
- e) a abertura do mercado ocasiona a redução do preço relativo do fator trabalho tanto em uma economia em que este fator seja abundante quanto na economia em que o fator capital seja relativamente abundante.

63- O Balanço de pagamentos de um país resume as informações relativas a suas transações com o resto do mundo. Construído em conformidade com o princípio de dupla entrada, registra-se cada transação duas vezes, uma vez como crédito, a outra como débito. Entre as opções abaixo, está correta a que registra:

- a) a venda de serviços de turismo a estrangeiros como débito na conta corrente e como crédito na conta de capital.
- b) a compra de equipamentos estrangeiros como crédito na conta corrente e como débito na conta de capital.
- c) a contratação de empréstimos no exterior como crédito no componente serviços da conta de transações correntes e como débito no componente divisas da conta de capital.
- d) o empréstimo realizado pelo BNDES Exim a firma estrangeira que compre automóveis fabricados no Brasil como crédito no componente divisas da conta de capital e como débito no componente exportação de bens na conta de transações correntes.
- e) o pagamento, por firma brasileira, da construção de uma fábrica sua no exterior como débito no componente investimento da conta de capital e como crédito no componente de divisas na conta de capital.

64- Com base no conhecimento econômico contemporâneo a respeito do comércio internacional e subsídios a exportações, pode-se dizer que:

- a) subsídios a exportações produzem resultados positivos em uma economia nacional e na economia internacional, na medida em que implicam expandir as exportações líquidas e, com isso, aumentar o PIB nacional, por conseguinte o global, no longo prazo.
- b) subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.
- c) subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas; além disso, encerram incentivos à formação bruta de capital, assegurando o crescimento no longo prazo.
- d) subsídios a exportações contribuem para o crescimento do PIB mundial no curto e no longo prazo, por implicarem o aumento das exportações brutas. Uma vez expandido o produto global, a distribuição dos benefícios dá-se de forma homogênea, em função inversa aos subsídios concedidos.
- e) subsídios a exportações contribuem para o crescimento do PIB apenas no curto prazo, por implicarem o aumento das exportações líquidas; no longo prazo, são eficazes apenas indiretamente, por atraírem investimentos estrangeiros, usualmente alocados a economias cujos governos estabelecem rígidos controles sobre os fluxos comerciais e financeiros sob sua jurisdição.

65- A respeito dos processos de industrialização por substituição de importações é correto afirmar o seguinte:

- a) historicamente, tais processos favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.
- b) no que concerne às políticas públicas implementadas pelos governos, assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.
- c) mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados "Tigres Asiáticos".
- d) aceitando-se que podem ser bem sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requerem a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.
- e) para que sejam implementados inteiramente, requerem a efetiva realização de uma reforma agrária.



66- Os argumentos em favor da proteção às indústrias nascentes ganhou força com a publicação do “*Report on Manufactures*”, de Alexander Hamilton, que defendeu o desenvolvimento nos Estados Unidos da América e o uso de tarifas para promovê-lo. A respeito dos instrumentos de proteção a indústrias nascentes é correto afirmar que:

- a) o argumento que analisa as economias de escala produzidas pela proteção a indústrias nascentes defende como instrumento principal as firmas, em vez de indústrias, uma vez que, ao concentrar os benefícios nas mãos de poucos agentes privados, preferencialmente um monopólio, criam-se condições para que a indústria local se desenvolva mais rapidamente.
- b) desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.
- c) o argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.
- d) entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se escolher corretamente as indústrias que devem receber proteção, a relutância das indústrias a dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.
- e) entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.

67- Entre as inovações introduzidas no Sistema Multilateral de Comércio ao final da Rodada Uruguai, esteve a criação de um Entendimento sobre as Regras e Procedimentos que Governam a Solução de Controvérsias, conhecido como o Anexo 2 ao Acordo da Organização Mundial do Comércio. A seu respeito, é correto afirmar:

- a) o sistema de Solução de Controvérsias é considerado um elemento central na provisão de segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio, uma vez que contribui para assegurar direitos e obrigações, nos termos dos acordos firmados pelos países membros da OMC.
- b) seu objetivo principal é esclarecer os benefícios das regras do livre comércio, com vistas a aplicá-las a agentes privados presentes em países em desenvolvimento que recebam os benefícios do Sistema Geral de Preferências.
- c) uma vez que os especialistas chamados a integrar os painéis destinados a solucionar controvérsias comerciais precisam ser nacionais dos estados envolvidos nas controvérsias, e aprovados pelos respectivos governos, prevalecem, no relatório dos painéis, soluções que ilustram o poder relativo de cada estado envolvido.
- d) a inclusão do princípio do *single undertaking* obriga os países envolvidos nas controvérsias comerciais a, uma vez parte de um processo de solução de controvérsias, aceitar integralmente as decisões dos painéis, sob pena de serem punidos pelo Órgão de Apelação da OMC.
- e) O Órgão de Apelação recebe as queixas dos estados-parte em relação a relatórios de painéis, devendo basear nos antecedentes reconhecidos pelo Comitê de Jurisprudência do GATT qualquer decisão que reverta decisões sugeridas nos relatórios dos painéis.

68- Entre os acordos de que são parte os membros da Organização Mundial do Comércio, está o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fito-Sanitárias (Acordo SPS), a respeito do qual se pode afirmar o seguinte:

- a) exceto nos casos em que o Acordo SPS dispõe especificamente, o processo de solução de controvérsias a ser adotado, as consultas e soluções de controvérsias sobre suas matérias devem seguir as provisões do GATT 1994 sobre a solução de controvérsias comerciais.
- b) por tratar-se de um acordo específico, a exemplo do que ocorre com o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, as medidas pertinentes ao disposto no Acordo SPS não precisam ser compatíveis com o que dispõe o GATT sobre os mesmos temas.
- c) o Acordo SPS deu origem a um Comitê de Medidas Sanitárias e Fito-Sanitárias, cujos principais objetivos são constituir um fórum de debates e desempenhar as funções necessárias a implementar o que dispõe o Acordo. Para tanto, conforme a matéria, o Comitê poderá decidir por maioria simples ou qualificada.
- d) os governos dos países membros podem aplicar as medidas que julgarem pertinentes para proteger a vida de seus habitantes, não carecendo demonstrar a base científica que as sustente.
- e) em contraste com outros entendimentos alcançados na Rodada Uruguai, o Acordo SPS não concedeu aos países menos desenvolvidos a faculdade de implementar seus dispositivos em um período mais longo do que o que se estabeleceu para os países desenvolvidos.

69- Sobre o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que reúne os Estados Unidos da América, o Canadá e o México, é correto afirmar:

- a) o Acordo prevê a expansão da integração econômica no continente, a qual teve início com a proposta do Presidente George Bush para a criação da Área de Livre Comércio das Américas, ora em negociação.
- b) por ser compatível com o Artigo XXIV do GATT, o Acordo prevê o aprofundamento da integração econômica entre os estados-parte, evoluindo para uma união aduaneira e para a coordenação de políticas macroeconômicas, além da liberalização comercial em todos os setores das economias envolvidas.
- c) o Acordo prevê que os estados-parte devem submeter aos demais signatários propostas outras de complementação econômica que se interessem em integrar, a exemplo da Iniciativa para a Bacia do Caribe, no caso dos Estados Unidos da América, e do Acordo de Livre Comércio com a União Européia, no caso do México.
- d) por ser compatível com o Artigo XXIV do GATT, o Acordo prevê a liberalização comercial em todos os setores das economias envolvidas, ainda que gradual, e a formal comunicação aos demais integrantes do GATT da intenção de se constituir um processo de integração regional.
- e) estabelecido pela Comissão de Livre Comércio, o Secretariado do NAFTA é responsável pela administração das provisões do acordo referentes à solução de controvérsias.

70- O Sistema Geral de Preferências (SGP) consiste em um conjunto de regras que oferece aos países em desenvolvimento condições preferenciais de acesso aos mercados de países desenvolvidos. A seu respeito, é correto afirmar que:

- a) entre as exigências feitas pelos países outorgantes com que devem cumprir os países beneficiários do SGP estão: i) que o produto seja transportado diretamente do país beneficiário exportador para o país outorgante importador; e ii) que se apresente à alfândega do país outorgante um certificado de origem específico, em conformidade com as regras de origem estabelecidas pelos países outorgantes.
- b) entre as exigências feitas pelos países outorgantes com que devem cumprir os países beneficiários do SGP estão: i) que o produto seja originário do país beneficiário exportador; e ii) que o produto seja transportado diretamente do país beneficiário exportador para o país outorgante importador por transportador com bandeira deste ou de outro país outorgante do SGP
- c) os países outorgantes beneficiam com a redução total ou parcial do imposto de importação produtos industriais que constem em suas listas positivas ou que não estejam expressamente mencionados em suas listas negativas, não havendo concessões relativas a produtos agrícolas.
- d) entre as exigências feitas pelos países outorgantes com que devem cumprir os países beneficiários do SGP estão: i) que o produto seja originário do país beneficiário exportador; e ii) que o produto tenha alguma vez constado nas listas de mercadorias com direito aos benefícios do SGP publicadas pelos países outorgantes desde a vigência do SGP.
- e) os países outorgantes beneficiam com a redução total ou parcial do imposto de importação produtos industriais que constem em suas listas positivas, visto que o objetivo principal do SGP consiste em fomentar a industrialização das economias menos desenvolvidas.

71- A gradual evolução do processo de construção da União Européia conduziu à unificação monetária dos países que atenderam aos critérios de convergência matéria de políticas monetária e fiscal estabelecidos no Tratado de Maastricht. Entre estes critérios destacam-se os compromissos referentes a:

- a) índices de inflação, taxas de câmbio, taxas de juros e índices de desemprego, todos medidos em função dos melhores resultados alcançados pelos países envolvidos no processo de unificação monetária.
- b) índices de inflação, taxas de câmbio, taxas de juros e índices de desemprego, todos medidos em função dos melhores resultados alcançados pelos países membros das Comunidades Européias.
- c) índices de inflação, taxas de câmbio, taxas de juros e déficits fiscais, todos medidos em função dos melhores resultados alcançados pelos países envolvidos no processo de unificação monetária.
- d) índices de inflação, taxas de câmbio, taxas de juros e déficits fiscais, todos medidos em função dos melhores resultados alcançados pelos países membros das Comunidades Européias.
- e) índices de inflação, taxas de câmbio, taxas de juros e índice de concentração de renda, todos medidos em função dos melhores resultados alcançados pelos países envolvidos no processo de unificação monetária.

72- Entre as etapas mais relevantes do processo de criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, está a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, conhecido como o Protocolo de Ouro Preto, firmado aos 17 de dezembro de 1994. A seu respeito é correto afirmar que:

- a) deu origem ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo do Mercado Comum, principais instâncias institucionais do Mercosul.
- b) ao levar adiante a decisão de constituir uma união aduaneira, aprofundou o processo de integração do Mercosul, obrigando os governos dos estados-parte a coordenar suas políticas macroeconômicas pertinentes à gestão do déficit fiscal e da busca de estabilidade de preços.
- c) instituiu a Comissão de Comércio do Mercosul e a Secretaria Administrativa do Mercosul, e conferiu ao Conselho do Mercado Comum a faculdade de criar órgãos auxiliares, nos termos do mesmo Protocolo, considerados necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.
- d) ao instituir a representação proporcional ao número de habitantes na Comissão Parlamentar Conjunta, atendeu parcialmente aos reclamos de que haveria um “déficit democrático” no Mercosul, criando as condições para que tal Comissão evolua no sentido de se tornar um parlamento regional, a exemplo do que hoje é o Parlamento Europeu.
- e) ao instituir alguns órgãos e especificar as funções de outros, avançou no desenho institucional do Mercosul, reduzindo sua dimensão intergovernamental e favorecendo a integração das economias, em particular ao prover um eficaz mecanismo de solução de controvérsias comerciais.

73- Em uma economia aberta, supondo-se a perfeita mobilidade de capitais, as taxas de juros internas e regimes cambiais produzirão diferentes efeitos no lado real da economia. Nessas condições, está correto afirmar que:

- a) com um regime de câmbio fixo, uma política monetária expansionista produziria a entrada de capitais estrangeiros, aumentando a capacidade de financiamento dos investimentos internos e o crescimento econômico de longo prazo.
- b) com um regime de câmbio flutuante, uma política monetária expansionista produz crescimento econômico no curto prazo e uma contração da economia no momento posterior, resultante da desvalorização cambial produzida pelo desequilíbrio observado no mercado de câmbio.
- c) com um regime de câmbio fixo, uma política monetária expansionista produziria a saída de capitais estrangeiros, reduzindo a capacidade de financiamento dos investimentos internos no curto prazo em troca do crescimento econômico de longo prazo.
- d) com um regime de câmbio flutuante, uma política monetária contracionista produz crescimento econômico no curto prazo e uma expansão da economia no momento posterior, resultante da desvalorização cambial produzida pelo desequilíbrio observado no mercado de câmbio.
- e) com um regime de câmbio fixo, uma política monetária expansionista produziria apenas a perda de reservas do Banco Central, visto que não se pode conciliar perfeita mobilidade de capitais, câmbio fixo e política monetária independente.

74- O colapso do arranjo financeiro internacional vigente durante o período de pleno funcionamento do sistema de Bretton Woods fortaleceu o processo de criação de inovações financeiras, por meio do qual novos produtos foram criados para atender a clientes caracterizados por diferentes perfis de aversão a risco e de expectativa de rentabilidade. Entre as inovações mais relevantes, destacam-se os mecanismos de securitização primária e secundária, os derivativos de mercado e de balcão, o surgimento de grandes investidores institucionais e os processos de desregulamentação financeira, inclusive os que levaram à universalização dos bancos. A respeito dessas inovações, é correto afirmar que:

- a) derivativos são simplesmente ativos financeiros cujo valor deriva de ativos outros, negociados em outros mercados. Entre os mais conhecidos estão os chamados *swaps*, que permitem aos investidores comprometerem-se com obrigações correspondentes às que se observam em um mercado distinto daquele que deu origem ao contrato.
- b) aplica-se o termo “securitização” a processos de desintermediação financeira por meio dos quais os bancos deixam de ser intermediários de crédito e assumem o papel de criadores de negócios financeiros. Essas operações de colocação indireta de papéis financeiros são potencialmente relevantes para financiar atividades de risco muito elevado, que tendem a não gerar receitas regulares no futuro, mas apenas ocasionais resultados extraordinariamente positivos.
- c) entre os principais derivativos, destacam-se os chamados “derivativos de balcão”, desenhados para atender a demandas idiossincráticas dos agentes financeiros, baseados sempre, em última instância, em depósitos financeiros garantidos por bancos comerciais.
- d) aplica-se o termo “securitização” a processos de intermediação financeira por meio dos quais os bancos se associam a empresas de seguro, com vistas a garantir um mínimo de rentabilidade a negócios financeiros mais arriscados. Essas operações são mais seguras porque aproveitam a competência específica de agentes financeiros diferentes em benefício dos clientes.

- e) embora tenha ganhado força nos últimos anos, a tendência à universalização dos bancos teve início, na verdade, nos anos 30, quando o governo dos EUA aprovou a Lei Glass–Steagal, que conferiu ao *Federal Reserve Board* a competência para supervisionar as atividades dos bancos comerciais nos mercados financeiros.

75- Processos de integração regional podem culminar com a integração monetária, da qual o melhor exemplo conhecido é certamente a criação do Euro. Pouco a pouco, criaram-se, na Europa, condições para o estabelecimento de uma área monetária ótima. Os principais critérios utilizados para avaliar a medida em que regiões econômicas se aproximam de uma área monetária ótima são:

- a) taxas de inflação equivalentes; livre fluxo de fatores de produção; e moeda comum.
- b) níveis de déficit (superávit) público equivalentes; taxas de inflação equivalentes; e moeda comum.
- c) níveis de déficit (superávit) público equivalentes; taxas de inflação equivalentes; e taxas de desemprego semelhantes.
- d) livre fluxo de fatores de produção; integração de políticas fiscais e monetária; e reação simétrica a choques internos e/ou externos.
- e) livre fluxo de fatores de produção; integração de políticas fiscais e monetária; níveis equivalentes de dívida pública.

76- Criado com o objetivo de organizar a economia internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, o “Sistema de Bretton Woods” inicialmente previa a criação de três organizações: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Internacional do Comércio (OIC). A respeito deste sistema, é correto afirmar:

- a) entre as atribuições principais do FMI encontra-se a promoção das condições de desenvolvimento econômico de longo prazo dos países em desenvolvimento, por meio do envolvimento direto do setor privado.
- b) a concepção do sistema resultou da proposta de Keynes que, ao participar dos debates em Bretton Woods, convenceu os demais participantes da reunião da necessidade de se contar com um Fundo, com limitados recursos, destinado a auxiliar os países que enfrentassem problemas em seus balanços de pagamentos, bem como de um banco de investimentos e de uma organização para promover o livre comércio.
- c) ao procurar avançar o chamado “Consenso de Washington”, a Organização Mundial do Comércio impõe aos países em desenvolvimento políticas econômicas que são de interesse dos países desenvolvidos.
- d) uma das cinco instituições que integram o Grupo Banco Mundial, o BIRD tem como objetivo principal reduzir a pobreza em países de renda baixa e média, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável pela via de empréstimos, garantias e serviços não diretamente relacionados a empréstimos, inclusive a produção de análises e consultoria.
- e) uma vez que seu objetivo é manter a posição relativamente privilegiada dos países desenvolvidos, o FMI apenas oferece empréstimos com base em um conjunto de condicionalidades, utilizadas como critérios para liberar as fatias (“tranches”) em que se dividem os recursos ofertados aos países em desenvolvimento.

77- O Mercado de euromonedas surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial como resultado de um conjunto de fatores. Sobre este Mercado, é correto afirmar:

- a) sua emergência deveu-se à percepção de que, caso a Guerra Fria viesse a recrudescer, o governo dos Estados Unidos congelaria depósitos de agentes privados da antiga União Soviética.

- b) uma expansão e fortalecimento nada teve que ver com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação observado no pós-Segunda Guerra.
- c) em última instância, as transações realizadas com euromonedas são reguladas pelo Banco Central responsável por sua emissão.
- d) também conhecido como Mercado de eurodólares, este Mercado iniciou-se a partir da expansão da liquidez internacional decorrente do excesso de recursos em posse dos integrantes da OPEP depois do primeiro choque do petróleo, em 1973.
- e) os custos de transação relativamente baixos explicam a emergência e expansão das transações efetuadas com euromonedas.

78- Instituídos em 1967, os Direitos Especiais de Saque (DES) tornaram-se disponíveis apenas em 1970, constituindo reservas adicionais de liquidez utilizadas pelos países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI). A seu respeito, está correto afirmar que:

- a) quando são distribuídos, os governos que integram o FMI recebem DES em proporções equivalentes às necessidades de financiamento de seus balanços de pagamentos, visto que auxiliar a manter o equilíbrio destes constitui a principal função do FMI.
- b) os DES tiveram seu valor inicialmente definido em função de uma cesta de moedas, e sua distribuição, iniciada em 1970, acontece em períodos regulares, estabelecidos pelo FMI.
- c) quando são distribuídos, os governos que integram o FMI recebem DES em proporções equivalentes às cotas que possuem junto ao Fundo, visto que tais direitos foram criados com o objetivo de atender às demandas de liquidez de longo prazo da economia global e de suplementar as reservas existentes.
- d) embora expandam a liquidez do sistema, tais DES possuem valor contábil, podendo ser utilizados apenas nas transações que cada governo realiza com o FMI.
- e) quando são distribuídos, os governos que integram o FMI recebem Direitos Especiais de Saque em proporções equivalentes ao lastro de ativos que possuem contra outros governos, baseados nos ativos de curto e de longo prazo a serem recebidos como pagamento pelas exportações a serem financiadas por meio dos DES.

79- O Decreto nº 3.981, de 24 de Outubro de 2001 dispõe sobre a CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, do Conselho de Governo e dá outras providências. Entre as competências da CAMEX figura:

- a) garantir a autonomia dos órgãos responsáveis pela definição das políticas públicas atinentes ao comércio exterior, a fim de que possam tirar melhor proveito de suas competências específicas.
- b) formular a política tarifária na importação e exportação, com vistas a garantir a geração de superávits primários pelo Governo brasileiro.
- c) fixar direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, e salvaguardas.
- d) promover as mercadorias e serviços brasileiros no exterior por meio da administração de escritórios de informação comercial sobre a economia brasileira.
- e) fixar as diretrizes para a política de financiamento das exportações de bens e serviços, bem como para a cobertura dos riscos de operações a prazo, em substituição ao Conselho Monetário Nacional e ao Ministério da Fazenda.

80- No atual contexto internacional, os estados assumem compromissos mútuos de várias maneiras, entre os quais a assinatura de acordos e a participação em organizações internacionais. Entre os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro pode-se relacionar:

- a) a Área de Livre Comércio da América do Sul, compatível com os compromissos assumidos no âmbito da OMC e da ALCA.
- b) a outorga de concessões comerciais, no âmbito do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), a outros países membros também integrantes do Grupo dos 77.
- c) a vinculação dos empréstimos obtidos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) às negociações comerciais empreendidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), já que ambos integram o Sistema de Bretton Woods.
- d) o compromisso de aceitação da prevalência das regras da OMC sobre as do Mercosul no que diz respeito aos temas tratados pelo Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionados ao Comércio (TRIMS).
- e) a oferta de vantagens no acesso ao mercado brasileiro dos produtos agrícolas oriundos dos países que integram a Comunidade Andina das Nações (CAN).